

O trabalho em perspectiva global: um novo começo¹

Marcel van der Linden

Pesquisador Sênior
Instituto Internacional de História Social (Holanda)

¹ Tradução de Fernando Pureza. O presente artigo foi parcialmente baseado em um programa de pesquisa escrito para o *International Panel on Social Progress*. Foram aproveitadas sugestões feitas por Naila Kabeer, Ronaldo Munck e Peter Wagner. Alguns parágrafos foram tomados de Van Der Linden (2010, 2015).

O trabalho em perspectiva global: um novo começo

Resumo: Nesse breve artigo, procura-se elaborar uma síntese sobre o que ele considera ser um momento derradeiro de enfraquecimento do movimento operário tradicional em âmbito global. Considerando uma série de estatísticas e olhando numa escala mundial, o autor propõe uma reflexão que aponta tanto para a decadência de instituições tradicionais da classe trabalhadora ao mesmo tempo que destaca a força que o trabalho persiste tendo no mundo globalizado. Dessa tensão aponta-se justamente para a formação de um novo movimento dos trabalhadores, menos eurocêntrico, mais atento às questões de raça, gênero, religião e etnia formando-se na esteira dos novos conflitos entre capital e trabalho.

Palavras-chave: 1. Movimento dos trabalhadores; 2. Trabalho global; 3. Partidos políticos

Labor in a global perspective: a new beginning

Abstract: In this short paper, is intended to elaborate a synthesis about what he considers to be a dramatic moment of enfeeblement of the traditional labour movement in a global scale. Considering a series of statistics and looking a worldwide perspective, the author purposes a reflection that points out both the decadence of traditional working-class institutions, and, at the same time, the continuing strength of labour in the globalized world. In this tension, is emphasized the making of a new labour movement, less Eurocentric and more awaken to questions about race, gender, religion and ethnicity, forming itself in the wake of new conflicts of capital and labour.

Keywords: 1. Labour Movement; 2. Global Labour; 3. Political Parties

O movimento operário tradicional está em perigo em quase todos os lugares. Ele foi duramente enfraquecido pelas mudanças políticas e econômicas dos últimos quarenta anos. Seu núcleo consiste em três formas de movimentos sociais organizados: cooperativas, sindicatos e partidos de trabalhadores. Esses três tipos de organização estão em declínio, ainda que em um desenvolvimento desigual com vastas diferenças entre países e regiões. Estamos vivendo um estágio transicional no qual velhas estruturas organizacionais não parecem mais funcionar, enquanto as novas estruturas ainda não terminaram de se desenvolver.

Cooperativas de consumo

Desde as décadas de 1940 e 1950, as cooperativas de consumo, assim como quase todos empreendimentos sob o jugo do capitalismo, foram cada vez mais impelidos a concentrar capital devido às melhorias no setor de transportes e novas formas de varejo. Essa tendência se manifestou parcialmente na queda do número de cooperativas e também no aumento da força de alguns membros em determinadas cooperativas (PESTOFF, 1991, p. 234; GURNEY, 1996, p. 242). No geral, a média da idade dos membros aumentava, já que os mais velhos permaneciam fieis à cooperativa, mas os mais jovens não se interessavam por ela. Frequentemente as cooperativas de consumo acabavam condenadas justamente por inibições oriundas do seu próprio papel de pioneirismo. Estabelecidas numa era onde os pequenos comerciantes controlavam o varejo, elas inicialmente ganharam vantagem. Suas grandes operações eram mais economicamente racionais e ofereciam grandes vantagens conforme a escala das vendas. Em resposta a esse quadro, os varejistas uniram suas forças com as grandes cadeias de lojas, grandes centros atacadistas, lojas de *self-service*,

supermercados, *shopping centers* e semelhantes. Esses novos tipos de comércio traziam consigo nomes de marcas, sistemas de crédito cumulativo, preços baixos e publicidade atraente.

O resultado disso foi que a vantagem competitiva das cooperativas rapidamente se deteriorou. O lucro-base (que é o lucro dividido pelo número de compras) acabou diminuindo, junto com os dividendos para membros, assim como as oportunidades para inovação e investimento. Muitas cooperativas de consumo encontraram-se em dificuldades financeiras e viram-se diante de um sério dilema em seus esforços para evitar a falência. Suas escolhas estavam limitadas a fundir-se a um negócio capitalista tradicional, tornando-se uma companhia limitada, ou então pedir empréstimos substantivos de bancos. E, em ambos os casos, eles deixaram de ser cooperativas autônomas. Uma outra abordagem envolvia contra-atacar a crescente competição com modernização e expansão operacional, aumentando assim a distância social entre os membros da cooperativa e seus administradores, o que também reduzia o envolvimento dos membros e conseqüentemente minava a natureza cooperativa da organização.

Sindicatos

Sindicatos de massas e independentes tiveram suas origens no século XIX e existem ainda hoje em grande parte do mundo – ainda que existam também grandes regiões nas quais eles possuem quase nenhuma influência. O mais gritante exemplo de uma economia capitalista que cresce rapidamente e que não possui sindicatos independentes é a República Popular da China. Ela abriga a maior organização de trabalhadores do mundo, a Federação de Sindicatos da China, que hoje tem 280 milhões de membros. Porém, ela não é um sindicato independente, mas sim uma espécie de porta-voz dos interesses do Partido Comunista Chinês. A maioria dos muitos conflitos trabalhistas na China não tem nenhum apoio da Federação de Sindicatos (BAI, 2012).

Em âmbito geral, nos países com organizações de trabalhadores independentes, a densidade sindical (a porcentagem de filiados em relação a força total de trabalho) vem declinando. A Tabela 1 mostra essa tendência em

um número de países com mais de 50 milhões de habitantes em 2010, considerando o período de 1960 a 2013.

Tabela 1: densidade sindical nos países seleccionados (1960-2013)

País	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2013
África do Sul	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	39,1 [‡]	29,7 [‡]	n. a.
Alemanha	34,7 [*]	32,0 [*]	34,9 [*]	31,2	24,6	18,6	17,7 [†]
Brasil	n. a.	n. a.	20,8 (1976)	26,7	28,3	26,5	16,6
China	n. a.	n. a.	(58,6)	(76,6)	(62,3) (1997)	(34,7)	(42,6)
Coréia do Sul	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	11,4 [†]	9,7 [†]	n. a.
Estados Unidos	n. a.	23,5 [#]	19,5 [#]	15,5 [#]	12,9 [†] 12,8 [#]	11,4 [†]	10,8 [†]
Filipinas	n. a.	n. a.	27,0	29,7	27,1	8,7	8,5
França	19,6	21,7	18,3	10,0	8,0	7,9	7,7
Índia	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	13,8 (2004)	10,2 (2009)	9,8 (2012)
Itália	24,7	37,0	49,6	38,8	34,8	36,0	36,9 [†]
Japão	32,9	35,1	31,1	25,4	21,5	18,4	17,8
Malásia	n. a.	n. a.	n. a.	16,5	10,7	9,1	9,4
México					15,6 [†]	14,4 [†]	13,6 [†]
Reino Unido	40,4	44,8	51,7	39,7	30,1	27,1	25,4
Rússia		100,0 (1968)	100,0 (1979)	72,0	55,6 (1999)	30,7	27,8
Turquia	10,8	25,9	42,1	24,0	12,4	7,0	6,5

*Alemanha = Alemanha Ocidental para 1960-1990

†Dados da OECD (stats.oecd.org)

‡Dados da ILOSTAT (www.ilo.org/ilostat)

Jelle Visser (2006, p. 38-49)

Países inclusos são todos aqueles que tinham uma população de mais de 50 milhões de habitantes em 2010.

Os seguintes países não foram incluídos por falta de dados: Argentina, Bangladesh, Colômbia, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Myanmar, Nigéria, Paquistão, República Democrática do Congo, Tanzânia e Vietnã.

Todas as porcentagens indicam filiação sindical enquanto proporção de assalariados empregados, a menos que esses dados não fossem disponíveis.

Fonte adicional: ICTWSS Database, do Instituto de Estudos do Trabalho de Amsterdã (Amsterdams Institute voor Arbeidsstudies) (www.wa-aias.net/207), versão de 4 de abril de 2013.

Numa escala global, a densidade sindical é quase insignificante. Os sindicatos independentes organizam apenas uma pequena porcentagem de todo o seu grupo alvo e a maioria deles vivem na relativamente rica região do Atlântico Norte. A mais ampla e importante organização é a *International Trade Union Confederation* (Confederação Internacional Sindical, ITUC), fundada em 2006 como uma fusão de duas antigas organizações: a *International Confederation of Free Trade Unions* (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), secular e de orientação reformista, e a *World Confederation of Labour* (Confederação Mundial do Trabalho), de orientação cristã. Em 2014, a ITUC calculou que cerca de 200 milhões de trabalhadores e trabalhadoras ao redor do mundo estavam sindicalizados (excluindo, claro, os chineses) e que 176 milhões estavam em organizações ligadas a ITUC.² A ITUC também estima que o número total de trabalhadores no mundo está em torno de 2,9 bilhões (dos quais 1,2 bilhão estão alocados na economia informal). Portanto, a densidade sindical global do mundo hoje não ultrapassa os 7%! (ITUC, 2014, p. 8)

Uma série de fatores contribuíram para enfraquecer os sindicatos. Primeiramente, a composição da classe trabalhadora está mudando. Os sindicatos enfrentam dificuldades em organizar os empregados dos setores de

² Esse cálculo provavelmente está errado. Uma parte ainda desconhecida, mas significativa, da filiação sindical, consiste de aposentados. É bastante provável que o número de sindicalizados que estejam no mercado de trabalho seja menor.

serviços ou financeiros. O veloz crescimento da economia informal é um fator que complica ainda mais esse quadro, já que os trabalhadores e trabalhadoras são colocados sob contratos de curta duração, tendem a mudar de emprego frequentemente e trabalham sob condições muito precárias. Outro fator importante é o que o economista do trabalho Richard Freeman (2010) chamou de “choque da oferta de trabalho”, que vem se manifestando desde o início dos anos 1990. A partir da entrada de trabalhadores como os chineses, indianos, russos e outros na economia global, houve uma duplicação efetiva do número de trabalhadores dentro dos mercados internacionais nas últimas duas décadas.

“Um declínio na razão capital global/trabalho altera completamente o equilíbrio de forças nos mercados, afastando-se cada vez mais dos trabalhadores assalariados e indo em direção ao capital, conforme cada vez mais trabalhadores competem por postos de trabalho a serviço desse mesmo capital (...). Mesmo considerando os grandes índices de poupança que esses novos atores possuem – o Banco Mundial estima que a China possui uma taxa de poupança de 40% do seu PIB – ainda assim levaria mais de 30 anos para que o mundo reequilibrasse a razão capital/trabalho entre os países que faziam parte da economia global a mais tempo. Ao ter duas vezes mais trabalhadores e praticamente a mesma quantidade de capital, se acaba depositando grande pressão nos mercados de trabalho ao redor do mundo. Essa pressão irá afetar os trabalhadores nos países em desenvolvimento que tradicionalmente participavam já da economia global, assim como os trabalhadores dos países avançados” (FREEMAN, 2010, s.p.).

Em segundo lugar, mudanças econômicas significativas acabaram acontecendo. O crescimento dos investimentos estrangeiros diretos nos países centrais e na semiperiferia da economia-mundo têm sido bastante impressionante e as corporações nacionais, juntamente com os blocos comerciais multiestatais – tais como a União Europeia, o NAFTA e o MERCOSUL –, se multiplicaram, aumentando assim a terceirização do trabalho e a realocação da produção. O Brasil, a Índia e especialmente a China são novos jogadores importantes, que inclusive mudam as regras do jogo. Esse movimento foi acompanhado por novas instituições supranacionais, como por exemplo, a Organização Mundial do Comércio, estabelecida em 1995.

Por fim, em terceiro lugar, em muitos países houve uma forte ofensiva neoliberal contra os antigos sindicatos tradicionais e seu *modus operandi*: a

prática dominante de negociação coletiva foi cada vez mais descentralizada e os contratos individuais de trabalho nunca estiveram tão disseminados quanto agora. Há também muitos ataques diretos às entidades sindicais, principalmente em países que experimentaram guinadas neoliberais nos seus regimes, como os Estados Unidos e o Reino Unido. Os sindicatos, fragilizados por essa conjuntura, têm de enfrentar cada vez mais competição por parte de estruturas alternativas que estão melhor adaptadas para o novo estilo das relações de trabalho. No Brasil, na África do Sul, nas Filipinas e na Coreia do Sul, emergiram movimentos de trabalhadores militantes (sindicatos em forma de movimento social). Novas formas de sindicalismo de base surgiram por fora dos canais já estabelecidos e isso vem ocorrendo desde a década de 1970, com conexões feitas diretamente no chão de fábrica, “conseguindo assim driblar os delegados sindicais, que muitas vezes são vistos como burocratas engessados por estruturas de filiação de caráter nacional” (HEROD, 1997, p. 184). Um conhecido exemplo disso é o *Transnationals Information Exchange* (TIE), um centro no qual um número expressivo de pesquisas e grupos de ativistas sindicais trocam informações sobre corporações transnacionais. A falta de eficácia dos antigos sindicatos acaba se destacando justamente por essa crescente tendência da parte dos secretariados sindicais internacionais (agora chamados Sindicatos Globais) de engajar-se no recrutamento direto de membros da periferia. Nós podemos pensar, por exemplo, nas atividades da *Union Network International* (o sindicato global do setor de serviços), que começou recrutando técnicos em informática na Índia diretamente, driblando assim as estruturas sindicais locais.

Partidos de trabalhadores

Os partidos trabalhistas, socialdemocratas e comunistas são frequentemente considerados partidos representativos da classe trabalhadora. Os partidos mais antigos, socialdemocratas e trabalhistas, não estão indo muito bem eleitoralmente. A Tabela 2 indica que dos quinze partidos listados, doze deles chegaram ao seu ápice entre 1940 e 1989; o da Suíça foi antes (nos anos 1930), enquanto em Portugal e no Brasil esse foi um fenômeno mais tardio (no início

do século XXI). Mais importante, contudo, é perceber que esse conjunto de partidos está lutando contra um problema identitário fundamental. As políticas socialdemocratas e trabalhistas, desde os anos 1930 e 1940, eram amparadas por dois pilares: um keynesianismo social e uma subcultura específica “de esquerda”, com associações esportivas próprias, clubes femininos, organizações para os amantes da natureza, cooperativas de consumo, jornais, grupos de teatro e afins.

A virada econômica e sociocultural das décadas de 1960 e 1970 acabou arrebatando esses dois pilares, tanto a base keynesiana social – atingida pela crise econômica e pela globalização –, como as redes da subcultura de esquerda – cujos grupos de jovens, mulheres, esportes e teatro deixaram de existir. Ambos são dois grandes desafios e que ocorreram de forma mais ou menos simultânea. O centralismo tradicional tinha de ser reconciliado com movimentos de base e o feminismo tinha de lidar com a cultura convencional androcêntrica. Além disso, o movimento ambientalista passou a ter que ser levado a sério, mas sem abandonar a perspectiva de crescimento econômico (que é a condição essencial para a redistribuição social em um contexto capitalista). Essa confusão generalizada resultou em um tremendo aumento de eleitores indecisos, no envelhecimento dos membros das associações e diminuição de seus números, além da desaparecimento virtual de membros ativos do proletariado, o que enfraquecia ainda mais os laços sociais para com os sindicatos.

Os partidos comunistas são a segunda maior forma política desses partidos. A maioria deles nasceu ou cresceu em três diferentes ciclos: entre 1918 e 1923, como resultado da Revolução de Outubro; na década de 1930, como resposta à depressão econômica; e durante e logo no imediato fim da Segunda Guerra Mundial. Alguns desses partidos ainda possuem uma base sólida, ainda que geralmente pequena base, tais como os partidos de Portugal, Espanha e Grécia. Esses três partidos se desenvolveram durante ditaduras de direita e se caracterizam justamente por sua intransigência. De forma semelhante, o Partido Comunista da África do Sul (SACP) ainda parece ter forte influência sobre as políticas do Congresso Nacional Africano (ANC).

Tabela 2: votação parlamentar média de partidos trabalhistas e representares socialdemocratas eleitos (1920-2015)

	1920- 1929	1930- 1939	1940- 1949	1950- 1959	1960- 1969	1970- 1979	1980- 1989	1990- 1999	2000- 2009	2010- 2015
Austrália	45.2	32.4	46.5	46.3	45.1	45.4	47.0	40.8	39.2	35.7
Áustria	39.3	41.1	41.7	43.3	50.0	45.4	47.6*	37.3	33.7	26.8*
Bélgica	36.7	33.1	30.7	35.9	31.0	26.6	28.0	23.2	24.0	21.7
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	12.1	16.8	15.4
Dinamarca	34.5	43.9	39.1	40.2	39.1	33.6	30.9	36.0	26.8	25.6
França	19.1	20.2	20.9	15.1	15.9	21.0	35.3	34.6	38.8	29.4*
Alemanha	29.3	21.2	29.2	30.3#	39.4#	44.2#	39.4#	36.9	31.9	25.7*
Itália	24.7*	-	[20.7]	13.5	13.8	9.7	12.9	7.9**	-	-
Holanda	22.0	21.7	27.0	30.7	25.8	28.6	31.0	26.5	21.2	24.8
Noruega	25.5	38.0	43.4	47.5	45.5	38.8	27.4	36.0	30.8	30.8*
Portugal	-	-	-	-	-	35.2	27.6	39.0	39.8	30.2
Espanha	-	23.1	-	-	-	30.4	44.1	38.2	40.2	25.4
Suécia	36.0	43.8	48.8	45.6	48.4	43.7	44.5	39.8	37.5	30.9
Suíça	25.5	27.5	27.4	26.5	25.1	24.1	20.7	20.9	21.4	18.7*
Reino Unido	37.7	34.4	49.7*	46.3	46.1	39.1	29.2	38.7	38.0	29.7

* Apenas uma eleição.

* Partido deixou de existir em novembro de 1994.

Números se referem à Alemanha Ocidental.

Porém, para a maioria dos partidos comunistas o ponto mais alto foi a década de 1940; agora, muitos deles estão passando por dificuldades. Em alguns países os partidos chegaram a ser dissolvidos ao passarem por declínio eleitoral, divisões internas e até mesmo por não terem condições de financiamento. Esses foram os casos da Grã-Bretanha (dissolvido em 1991), Itália (dissolvido em 1991), Finlândia (falido em 1992) e Brasil (golpe interno e divisão em 1992). Outros partidos, por sua vez, passaram por fusões, como no caso do México (que fundou o Partido Socialista Unificado em 1981), da Dinamarca (que

formou uma aliança “Vermelha-Verde” em 1989) e da Holanda (que fundou o Partido Verde de Esquerda, em 1989). Até mesmo o Partido Comunista-Marxista da Índia, em Bengala Ocidental, que era um sucesso eleitoral entre 1970 a 2011, agora foi reduzido a um papel menor (com apenas dois assentos de quarenta e dois) por conta da violenta política neoliberal no país.

Sinais de renovação

No geral, esse quadro parece sugerir três coisas: numa escala mundial, as cooperativas de consumo não estão indo bem, ou então transformaram-se em verdadeiras indústrias do varejo, sem que seus membros controlem democraticamente o empreendimento. Os sindicatos, por sua vez, não são uma força pequena, mas seu poder vem diminuindo. E, por fim, em muitos países os sindicatos perderam seus tradicionais aliados, os partidos de trabalhadores, tanto porque alguns desapareceram, como também porque outros adotaram variações do neoliberalismo em suas práticas. Como consequência disso, ONGs locais e internacionais tomaram a frente em campanhas que antes eram exclusivas do movimento sindical internacional, tais como a luta para regular e abolir o trabalho infantil. A decadência dos movimentos de trabalhadores parece quase inexorável.

Nessas circunstâncias, quais são as perspectivas para o movimento de trabalhadores? A longo prazo, as coisas talvez não sejam tão terríveis quanto parecem hoje. Um número de fatores pode mudar, permitindo assim um futuro mais otimista.

Primeiramente, é possível afirmar que os conflitos de classe não vão diminuir e que os trabalhadores do mundo todo continuarão a sentir a necessidade de organizar suas formas de luta. O suporte indireto a essa afirmação vem da ascensão dos movimentos religiosos e nacionalistas que preenchem parcialmente o vazio social e tiram do centro o conflito de classes. Eles oferecem seu apoio a formas de seguridade social e redes de confiança, assim como trabalham a autoestima e ajudam a criar objetivos de vidas aos seus membros. Muitas pessoas pobres são levadas a esses movimentos, em toda a sua variação – desde os pentecostais, na América Latina e na África subsaariana, até

o salafismo, na Ásia Central, Oriente Médio e norte da África. A juventude precarizada em cidades capitalistas industriais, ao mesmo tempo, parece sentir-se atraída por esses grupos que oferecem novas certezas religiosas. O historiador Sabyasachi Bhattacharya (2016, p. 2) chama essa tendência de “vernacularização da política dos trabalhadores”; ela cria uma “solidariedade das gentes para com uma causa comum que pode ser tanto social quanto cultural, ou até mesmo religiosamente reacionária; a solidariedade assim obtida pode ser usada – e o é – para atingir uma agenda que compete diretamente com a agenda do movimento sindical. Um exemplo bastante claro dentro das direitas é o movimento fascista hindu, Shiv Sena, que ganhou influência após a derrota da grande greve dos têxteis de Bombaim, em 1980-1981. As pragas sociais da redução de empregos, pauperização e do aumento da criminalidade e do tráfico, acabou aumentando rapidamente a popularidade dos Shiv Sainiks. Eles ofereceram aos pobres não apenas honra, status e respeito próprio, mas também cooperaram com os chamados “sindicatos pelegos”, que ofereciam a eles alguma proteção (HEUZÉ-BRIGUANT, 1999).

Em segundo lugar, a força de trabalho global nunca foi tão grande. Um estudo recente da OIT revelou que entre 1980 a 2015, a força de trabalho nas regiões do Oriente Médio e norte da África cresceu cerca de 149%. Na África subsaariana, América Latina e Caribe, ela praticamente dobrou, enquanto na Ásia meridional ela aumentou 73%, enquanto no Extremo Oriente e no sudeste asiático ela aumentou 60% (KAPSOS, 2007). Simultaneamente, enormes mudanças ocorreram dentro dessas regiões. Uma migração histórica do campo para as gigantescas megacidades está em curso. No ano 2000, o Ministério Nacional de Estatísticas da China estimou que havia no país cerca de 113 milhões de trabalhadores rurais migrando para as cidades. Dez anos depois, o número mais que dobrou, chegando a 240 milhões, incluindo aqui mais 150 milhões que trabalhavam longe de suas residências. Desses 150 milhões, 72% estavam empregados na indústria manufatureira, na construção civil, na indústria de alimentos e bebidas, nas indústrias de atacado e varejo e no turismo (CLB, 2012, p. 4) Na Índia, a migração interna da força de trabalho explodiu desde 1990, com as migrações temporárias e sazonais chegando a um novo auge em regiões mais pobres como Nagaland e Madhya Pradesh (BHAGAT; MOHANTY, 2009).

Em terceiro lugar, tais mudanças geralmente são acompanhadas de uma intensificação das lutas sociais. Na Indonésia, a *Konfederasi Serikat Pekerja Indonesia* (Confederação Sindical Indonésia) organizou uma greve nacional no dia 3 de outubro de 2012 e uma segunda – que exigia um aumento de 50% no salário mínimo – nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2013. Essas não foram, de fato, greves gerais, mas ainda assim elas tiveram adesão de milhares de trabalhadores, especialmente na região de Jacarta. Na Índia, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2013, mais de cem milhões de trabalhadores ao redor do país cruzaram os braços, exigindo uma lista de demandas que variavam entre uma indexação do salário mínimo em relação a inflação, programas de seguridade alimentar universal e igualdade de salários entre diferentes grupos sociais. Na China, a escassez de trabalhadores começou em 2004 e rapidamente levou a protestos de trabalhadores que “não apenas tinham aumentado seu número, mas também tinham mudado seu foco, saindo de posturas reativas às violações de direitos trabalhistas e assumindo posturas mais pró-ativas, exigindo salários maiores e melhores condições de trabalho” (CLB, 2015, p. 5). A Academia Chinesa de Ciências Sociais registrou que em 2006 havia mais de 60 mil dos assim chamados “incidentes em massa” (protestos populares feitos por trabalhadores assalariados e outros grupos, como camponeses e grupos semirreligiosos, como o Falun Gong) e mais de 80 mil em 2007. Desde então, as cifras que registram os “incidentes em massa” não mais foram publicadas, mas os especialistas acreditam que nos últimos anos esse número tenha aumentado (IBID., p. 9). Desde o começo da crise econômica de 2008, mais de trinta greves nacionais ocorreram na Grécia, enquanto Espanha e Portugal também viram diversas paralizações. A dramática deposição da ditadura de Mubarak, no Egito, em 2011, não poderia ter ocorrido sem o forte apoio dos movimentos de trabalhadores. E na África do Sul, greves massivas e violentas vem sucedendo-se uma atrás da outra. Há, portanto, muita militância, mas isso não encontra correspondência na força das organizações sindicais.

Em quarto, durante a última década os protestos sociais aumentaram em todas as regiões do globo:

“(...) apesar da ausência de precisão em tal medida, os dados das últimas décadas apontam para um padrão bastante evidente de aumento na frequência. Grandes protestos se multiplicaram na

segunda metade da década de 1980 e no início dos anos 1990, coincidindo com aquilo que ficou conhecido como terceira onda da democracia, mas a partir daí esse número diminuiu significativamente ao longo da década de 1990 até a primeira metade dos anos 2000. Os protestos começaram a aumentar novamente na segunda metade da década e chegaram ao seu pico nos últimos cinco anos [2011-2015].” (CAROTHERS; YOUNGS, 2015, p. 5; cf. ORTIZ et. al., 2013; ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2013).

A grande maioria dos protestos dirigia suas reclamações aos próprios governos e exigiam que eles desenvolvessem políticas econômicas, sociais e ambientais que fossem do interesse da maioria da população, e não apenas voltadas para os mais ricos e poderosos. As demandas que os manifestantes levam adiante são difusas e as formas de protestos acabam sendo heterogêneas. Os protestos se opõem a muitas coisas: à eliminação de subsídios para comida e combustíveis; cortes salariais; aumento de impostos em consumo e serviços; à desestruturação da seguridade social; à reformas da aposentadoria e dos sistemas públicos de saúde; à flexibilização do trabalho; mas também contra a poluição, guerra, estupros, influência corporativa. A falta de uma “verdadeira democracia” é um tema bastante comum. Os protestos estão ficando mais frequentes nos países de maior renda e geralmente tornam-se mais violentos nos países de mais baixa renda. E a maioria dos protestos não conseguem conquistar paliativos para os problemas que apontam, ao menos num olhar de curto prazo (ORTIZ et. al., 2013, p. 34).

Em quinto, há também explícitos sinais de renovação. Impulsos de organização por parte de trabalhadores que anteriormente estavam desorganizados, especialmente em hospitais e no setor de cuidados, vêm aumentando nos últimos anos. A ascensão da Rede Internacional de Trabalhadoras Domésticas, desde 2009, assim como sua campanha vitoriosa em torno da Convenção nº 189 da OIT sobre condições decentes de trabalho para o trabalho doméstico (OIT, 2011), foi uma verdadeira inspiração. A atual greve feita por mulheres encarceradas nos Estados Unidos revela que novos segmentos da classe trabalhadora estão começando a ser mobilizados. Em muitos países os sindicatos estão se abrindo para trabalhadores “informais” ou “ilegais”. Um exemplo espetacular é o *India’s New Trade Union Initiative* (NTUI), fundado em 2006 e que reconhece a importância dos trabalhos feitos

por mulheres, sejam eles remunerados ou não-remunerados; eles tentam organizar não apenas o setor “formal”, mas também as trabalhadoras contratuais, casuais, domésticas, autônomas, assim como os pobres urbanos e rurais; eles também procuram reestruturar sistemas de barganha coletiva seguindo essa perspectiva.

Perspectivas

Há um importante obstáculo para a renovação dos movimentos de trabalhadores, que inclusive torna mais difícil sentir os efeitos das medidas bem-sucedidas: durante as últimas quatro ou cinco décadas, os Estados nacionais perderam muito de sua soberania, mas essa perda de poder não foi compensada pelo fortalecimento de autoridades supranacionais ou globais. Nós vivemos em um período de transição no qual muitos desafios não podem mais ser enfrentados por autoridades nacionais, mas que também ainda não são passíveis (e talvez nunca sejam) de serem resolvidos por autoridades supranacionais.

“No mundo contemporâneo global, não há nenhum equivalente ao Estado-nação, em âmbito mundial, que possa implementar medidas fiscais e políticas de bem-estar social, mecanismos regulatórios antitrustes, leis trabalhistas e ambientais voltadas para a regulação dos mercados e até mesmo corrigir os erros do próprio mercado. Também não existe um judiciário mundial independente que poderia controlar e sancionar comportamentos ilegais. Nem mesmo uma instituição que possa difundir a democracia em âmbito mundial” (MARTINELLI, 2005, p. 247).

Isso ajuda a explicar a atitude “negativa” de muitos movimentos sociais que dizem “não” a certos desdobramentos sem oferecer alternativas positivas, pois isso iria exigir uma autoridade mundial. Ainda assim, a ação transnacional focada nos Estados é possível, mesmo que sob essas circunstâncias adversas – tanto através da pressão sobre os governos nacionais para coordenarem políticas para além de suas fronteiras, como também por atividades locais exemplares, que acabam inspirando movimentos em outras partes do mundo.

Um novo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras terá agora de encontrar uma abordagem internacionalista, baseada na solidariedade além das fronteiras, mesmo que diante dessas condições tão penosas. Ele poderá buscar suas forças nos antigos movimentos de trabalhadores, mas esses terão que passar por uma transformação considerável. Os contornos desse novo sindicalismo internacional ainda parecem vagos, mas muitas das condições mínimas necessárias para sua fundação já estão bastante claras. Elas incluem:

- Que o grupo-alvo dos movimentos seja demarcado novamente. A primeira demarcação, voltada para a classe trabalhadora do século XIX, era extremamente estreita e eurocêntrica e precisa ser revisada e expandida. Um considerável número de sindicatos na periferia e na semiperiferia têm abandonado essa antiga demarcação e recrutado em suas fileiras todo tipo de trabalhadores subalternos.
- Não deve haver dúvidas que o novo grupo-alvo a ser definido não pode mais ser dominado por trabalhadores homens e brancos da região do Atlântico Norte, mas sim por mulheres e pessoas de cor que se encontram em situação de precariedade, ou informalidade, ou presas a dívidas. Os sindicatos precisam operar uma mudança drástica nos seus sistemas operacionais para poderem dar assistência a esses “novos” trabalhadores e trabalhadoras, se quiserem ser uma referência para eles e elas. Isso também implica em terminar com a centralidade das estratégias de barganha coletiva.
- A estrutura dualista do movimento sindical internacional – que colabora com confederações nacionais dentro da ITUC, mas também com a *Global Union Federation* – é uma relíquia problemática e antiquada e deveria ser descartada. Provavelmente a melhor opção seria uma nova estrutura unitária que facilitasse a inclusão de “novos” grupos-alvo nos Sindicatos Globais.
- A abordagem autocrática que ainda persiste nos sindicatos internacionais hoje em dia precisa ser substituída por uma abordagem democrática, incentivando ainda mais a participação dos trabalhadores e trabalhadoras da base. As possibilidades oferecidas

pela internet podem contribuir positivamente para renovar essas estruturas.

- Embora as principais atividades do movimento sindical internacional hoje sejam a pressão sobre os governos e organismos transnacionais (com a notável exceção da campanha *antiapartheid* dos anos 1980) e também haja muito esforço para conseguir a boa vontade dos Estados, uma ação mais efetiva exige um esforço ainda maior para consolidar medidas mais ativas, tais como boicotes, greves, entre outras ações – o que, por sua vez, exigem um fortalecimento ainda maior das estruturas internas dos sindicatos.

A questão que se coloca é se o movimento sindical internacional que existe hoje está à altura desses desafios. É provável que a formação de novos movimentos seja um processo difícil, entrecortado por movimentos que irão fracassar e momentos de profunda crise. Estruturas organizacionais e padrões de comportamento que existiram por mais de um século não podem ser facilmente mudados. Além disso, é bastante improvável que novas estruturas e padrões se formem a partir de reformas feitas de cima para baixo, das direções centrais até a base. Se há algo que a história nos ensina, é que o desenvolvimento das estruturas dos sindicatos não ocorre suavemente, como se fosse um processo de engenharia social à conta gotas. Na verdade, esse desenvolvimento é resultado de conflitos e de experimentos arriscados. E a pressão dos de baixo (vinda de redes competitivas e modelos de ações alternativas) será um fator muito importante que decidirá o porvir dessa transformação.

Referências bibliográficas

- RUIXUE, B. The Role of the All China Federation of Trade Unions: Implications for Workers Today”. In.: YU, A. L.; BAI, R.; JETIN, B.; ROUSSET, P. (eds.). *China's Rise: Strength and Fragility*. London: Merlin, 2012.
- BHAGAT, R. B.; MOHANTY, S. Emerging Pattern of Urbanization and the Contribution of Migration in Urban Growth in India. *Asian Population Studies*, v. 5, n. 1, 2009.

- BHATTACHARYA, S. Introduction. In.: BHATTACHARYA, S.; BEHAL, R. P. (eds.). *The Vernacularization of Labour Politics*. New Delhi: Tulika, 2016.
- CAROTHERS, T.; YOUNGS, R. *The Complexities of Global Protests*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2015.
- CHINA LABOUR BULLETIN (CLB). A Decade of Change. The Workers' Movement in China 2000–2010. *CLB Research Report*, mar. 2012.
- _____. Searching for the Union. The Workers' Movement in China 2011–2013. *CLB Research Report*, fev. 2014.
- ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Rebels without a Cause: What the Upsurge in Protest Movements Means for Global Politics*, 2013. Disponível em: <http://www.eiu.com/ProtestUpsurge>.
- FREEMAN, R. What Really Ails Europe (and America): The Doubling of the Global Labor Force. *The Globalist*, 5 mar. 2010.
- GURNEY, P. *Co-operative Culture and the Politics of Consumption in England, 1870–1930*. Manchester/New York: Manchester University Press, 1996.
- HEUZÉ-BRIGUANT, G. Populism and the Workers Movement: Shiv Sena and Labour in Mumbai. *South Asia: Journal of South Asian Studies*, v. 22, n. 2, 1999.
- HEROD, A. Labor as an Agent of Globalization and as a Global Agent. In.: COX, K. R. *Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local*. New York: The Guilford Press, 1997.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANISATION (ILO). *Convention 189 on Decent Work for Domestic Workers*. Geneva: ILO, 2011.
- INTERNATIONAL TRADE UNION CONFEDERATION (ITUC). *Building Workers' Power. Congress Statement*. Berlin: ITUC, 2014.
- KAPSOS, S. *World and Regional Trends in Labour Force Participation: Methodologies and Key Results*. Geneva: ILO, 2007.
- MARTINELLI, A. From World System to World Society? *Journal of World-Systems Research*, v. 11, n. 2, 2005.
- ORTIZ, I.; BURKE, S.; BERRADA, M.; CORTÉS, H. *World Protests 2006–2013*. New York: Initiative for Dialogue Policy and Friedrich-Ebert-Stiftung, 2013.
- PESTOFF, V. A. *Between Markets and Politics. Co-operatives in Sweden*. Frankfurt/Main: Campus, and Boulder: Westview, 1991.
- SCIPES, K. Building Global Labor Solidarity Today: Learning from the KMU of the

- PHILIPPINES. *Class, Race and Corporate Power*, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em <http://digitalcommons.fiu.edu/classracecorporatepower/vol3/iss1/4>. 2014.
- VAN DER LINDEN, M. *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History*. Chicago: Haymarket, 2010.
- _____. The Crisis of the World's Old Labour Movements. In.: BIELER, A.; ERNE, R.; GOLDEN, D.; HELLE, I.; KJELDSTADLI, K.; MATOS, T.; STAN, S. (eds.). *Labour and Transnational Action in Times of Crisis*. London: Rowman and Littlefield, 2015.
- VISSER, J. Union Membership Statistics in 24 Countries. *Monthly Labour Review*, jan. 2006.